

## O Sertão do Maranhão nas memórias de Francisco de Paula Ribeiro.

Alan Kardec G. Pachêco Filho<sup>1</sup>  
alankardecpacheco@uol.com.br

**Resumo:** O presente trabalho objetiva mostrar as impressões de Francisco de Paula Ribeiro sobre o sertão maranhense no ano do bi centenário da publicação do seu: *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima*. Seus registros são os primeiros sobre sua gente, seu clima, sua economia e as potencialidades do sertão. A obra ora analisada foi dividida pelo autor em três partes. A primeira em forma de Itinerário com uma profunda preocupação de nominar o percurso desde a Capital da Província até São Pedro de Alcântara, destino “final” da missão que deu origem à obra em tela. A segunda parte da obra é composta de impressões obtidas ao longo de mais de vinte anos de viagens pelos sertões dos Pastos Bons. Paula Ribeiro traz a lume um Maranhão desconhecido em seus aspectos geográficos, históricos e antropológicos. Mas não só isso nomina os rios, serras, vales, planícies, chapadas, fala de um clima ameno, que faz frio nas noites de julho, descreve a flora, a fauna, distinguiu as várias etnias indígenas da região. Quase tudo foi descrito por Paula Ribeiro, era novo para as autoridades da Capital da Província. Paula Ribeiro reservou a terceira parte da obra para falar das negociações com os emissários do governo goiano sobre o litígio de fronteira entre as duas Capitanias. Por fim, a Corte concluiu pela demarcação dos limites entre as duas Capitanias como havia sido sugerido por Paula Ribeiro. A margem direita do rio Tocantins, desde a desembocadura do rio Manoel Alves Grande, pertencia ao Maranhão, culminando com o Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854. As fronteiras entre Maranhão e Goiás (hoje Tocantins) ainda hoje são as mesmas fixadas por Francisco de Paula Ribeiro em 1816.

**Palavras chave:** Maranhão. Sertão. Viajante. Fronteira.

Até o início do século XVIII os colonos portugueses que habitavam a capitania do Maranhão faziam valer a máxima de Frei Vicente do Salvador que dizia: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto III do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão e dos Programas de Pós-Graduação: PPGHEN e PPDSR

Havia uma Carta Régia desde 1798 que ordenava ao governador dom Fernando Antonio Noronha, que mandasse explorar os rios Tocantins e Araguaia, entretanto a ordem nunca havia sido cumprida. Foi o governador Paulo José da Silva Gama que ordenou Francisco de Paula Ribeiro a cumprir duas missões; a primeira em cumprimento a Carta Régia de 1798 e a segunda, por a termo, ao conflito entre as capitânicas de Goiás e Maranhão. Francisco José Pinto Magalhães, regatão “goiano”, em 1810 pela ausência do estado “maranhense”, havia anexado ao território de Goiás, o povoado São Pedro de Alcântara, hoje Carolina, que fica do lado maranhense do rio Tocantins.

Essa missão deu origem ao *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima*. Provavelmente ao mais completo relato sobre o sul do Maranhão e o *Sertão dos Pastos Bons*. O percurso que durou exatos 91 dias, desde a saída da Ilha do Maranhão até São Pedro de Alcântara, Paula Ribeiro anotou as condições geográficas, a ocupação do território, o modo de vida de seus habitantes, as distâncias percorridas, localização dos povoados, rios, riachos, serras, morros e fazendas.

Francisco de Paula Ribeiro foi um militar português que prestou relevantes serviços à Coroa em terras do Maranhão, em especial nos sertões de Pastos Bons, localizados no centro-sul do Estado. Em seus prováveis vinte e cinco anos de trabalhos prestados no Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro não só trabalhou com todos os governadores<sup>2</sup>, de sua época, como também ascendeu a todos os níveis da carreira militar, culminando, em 1818, com o posto de sargento-mor, adido ao Estado Maior do Exército.

Ainda não se sabe o ano que Francisco de Paula Ribeiro entrou para o serviço militar português, percebe-se, entretanto que foi um homem de Estado, pois serviu em

---

<sup>2</sup> Fernando Antônio de Noronha (1792-1798); D. Diogo de Sousa (1798-1804); Antônio de Saldanha da Gama (1804-1806); D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1806-1809); José Tomás de Meneses (1809-1811); Paulo José da Silva Gama (1811-1819); Bernardo da Silva Pinto da Fonseca (1819-1822) (MARQUES, 1970, p. 346-359).

diversas localidades do vasto império lusitano. Em 1793, teve início sua ascensão militar, quando foi nomeado para servir no Estado da Índia conforme registra o Livro de Chancelaria de D. Maria I.

D. Maria I por Graça de Deus Rainha de Portugal faço saber aos que esta minha Carta Patente virem que eu hey por bem nomear ao Cadete Francisco de Paula Ribeiro para Alferes de Infantaria de hum dos Regimentos do Estado da Índia, e, com o dito posto haverá o soldo que lhe tocar pago na forma de minhas reais ordens, e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe competirem. Lisboa, 29 de março de 1793. (ANTT, Liv. da Chancelaria de D. Maria I, n.22, 1787, (1784-1799)).

Paula Ribeiro desempenhou muito bem seus serviços no Estado da Índia, pois é sabido que eram duas as condições no Exército português para se alcançar os mais altos postos militares, um era o nascimento em família ilustre e o outro, mais comum no além mar, era a prestação de serviços a Coroa. Como veremos logo a seguir, Paula Ribeiro provavelmente se enquadrava nas duas condições estabelecidas.

Por duas vezes, o acaso foi determinante na vida de Paula Ribeiro. Primeiro, em 1795, quando se encontrava preso num quartel em Lisboa, por “travessuras domésticas”, à espera de um navio que o conduzisse às Índias para cumprir a pena. Como os navios para aquele destino, partindo da capital portuguesa, estavam escassos, D. João Carlos de Bragança, membro do Conselho da Guerra e duque de Lafões, escreveu ao secretário de Estado da Marinha propondo o nome de Francisco de Paula Ribeiro para ocupar o posto de alferes na capitania do Maranhão: “Deveria servir debaixo das instruções do Coronel Anacleto Franco e das ordens do Capitão General D. Fernando Noronha.” (AHU\_ACL\_CU\_09 Cx. 86, Doc. N. 07183). O duque de Lafões realçava as qualidades do jovem: “é muito vivo, tem grande talento e hábil militar.” (AHU\_ACL\_CU\_09 Cx. 86, Doc. N. 07183). Porém, não esqueceu o duque de assinalar que Paula Ribeiro era filho de um “Tenente Coronel de regimento de Artilharia da Corte, bem conhecido pelo seu merecimento”. (AHU\_ACL\_CU\_09 Cx. 86, Doc. N. 7208). O ofício é datado de 28 de fevereiro de 1795 e não cita o nome do tenente-coronel pai de Paula Ribeiro.

É muito provável que o genitor de Francisco de Paula Ribeiro tenha sido um oficial bastante influente e com uma excelente folha de serviços prestados ao Estado português, pois a resposta à solicitação do duque de Lafões foi relativamente rápida, se considerarmos o trâmite burocrático. Além disso, veio em forma de decreto assinado por D. Maria I, pouco mais de um mês depois.

Achei por bem nomear para Alferes do regimento de Infantaria da Capitania do Maranhão a Francisco de Paula Ribeiro: O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e faça passar aos despachos necessários.

Palácio da Luz, em dezesseis de abril de mil setecentos e noventa e cinco. (AHU\_ACL\_CU\_09 Cx. 86, Doc. N. 7208).

Nomeado para servir na capitania do Maranhão conforme documento acima, ficou pouco tempo e logo foi transferido para servir em outra capitania. Em 1796, encontramos Paula Ribeiro a serviço da Coroa na capitania de São Paulo (PACHÊCO FILHO, 2010). De volta ao Maranhão em 1798, Francisco de Paula Ribeiro integrou uma missão militar com rumo à vizinha capitania do Pará, para a qual inicialmente não estava relacionado. Afirma o governador D. Fernando Antônio de Noronha: “Tenho nomeado entre os oficiais que devem marchar para o Pará o tenente Carlos Antônio ordeno a Vossa Mercê nomeie em seu lugar [...] Francisco de Paula, não só por ele muito me vir requerer; como se faz preciso ao Real Serviço.” (APEM, Objetos Diversos, (1811-1814), Cód. 3 Doc. 215, 1812).

O jovem militar, perdoado das “travessuras domésticas” e cumprindo agora serviço militar no Maranhão, demonstrava seu poder de persuasão ao conseguir do governador sua indicação para a viagem, em detrimento do tenente Carlos Antônio, já designado para a missão.

Em 1800, Francisco de Paula Ribeiro se encontra fazendo sua primeira viagem ao sertão dos Pastos Bons, substituindo o alferes Raimundo José Vieira no comando do destacamento. Nos dois anos que lá permaneceu, Francisco de Paula Ribeiro percorreu várias vezes todo o território entre os rios Parnaíba e Tocantins. Só em missão contra o gentio esteve quatro vezes (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 14). Quase vinte anos depois, os

estudos da região iniciados nessa época seriam dados a conhecer em quatro memórias<sup>3</sup>, nas quais Paula Ribeiro faz uma análise histórica, sociológica e antropológica do homem do sertão, além de mostrar minuciosamente o relevo, os rios, as matas e as chapadas da região num mapa<sup>4</sup>.

Paula Ribeiro permaneceu em Pastos Bons até junho de 1802, quando foi substituído por ordem do governador D. Diogo de Souza, quando determinou seu regresso a São Luís. Nessa ocasião, o militar voltava a integrar o Regimento das Tropas de Linhas da capital da província.

Sempre em ações militares e quase sempre em missões contra os nativos. Em 1810, Paula Ribeiro foi enviado a Viana, na baixada ocidental da capitania do Maranhão, para conter e, se possível, apaziguar os índios timbira e gamela que ameaçavam os colonos naquela localidade. As ordens ditadas pelo governador D. José Thomas de Menezes (1809-1811) expressavam a “gravidade” da situação:

Finalmente se formará o ataque, e serão seguidos os inimigos até as maiores alturas, sem que se perdoem as vidas que o Direito das gentes permite se tirem no calor da guerra, e só dispensando-as quando eles entregarem, ou depondo as suas armas derem algum sinal de amizade, sem, contudo, isentá-los de serem remetidos presos a esta capital, principalmente alguns de seus companheiros que constam daquelas vizinhanças. (APEM, Objetos Diversos: 1811-1814 Códice 3 Doc. 215, 1812).

Paula Ribeiro comandou uma tropa de quarenta e cinco militares, muitos paisanos e milicianos armados, levando um vasto material bélico para enfrentar as duas nações nativas acima mencionadas, as quais, com frequência, vinham hostilizando a

---

<sup>3</sup> Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1848. Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849. Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: Análise de algumas tribos mais conhecidas: Processo de suas hostilidades sobre habitantes: causas que lhes têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, v.3, 1841. Viagem ao rio Tocantins pelos sertões do Maranhão no ano de 1815.

<sup>4</sup> Mappa Geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de memória sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma capitania, 1819. Fundação Biblioteca Nacional. Cart. 529483USU.

população “urbana” da vila de Viana. A tropa comandada por Paula Ribeiro não só “apaziguou”, como tornou possível a convivência entre colonizadores e nativos.

Em 1812, promovido a tenente do Regimento de Linha, Paula Ribeiro foi servir em São José das Aldeias Altas (atual Caxias-MA), nomeado comandante naquele destacamento. Após baixar algumas normas não obedecidas, entrou em atrito com o juiz ordinário daquela jurisdição. Entendia Paula Ribeiro que o juiz não cumpria suas funções específicas, além de se intrometer no serviço inerente ao chefe do destacamento. Tal divergência entre os dois mais importantes representantes da Coroa mereceu por parte do governador Paulo José da Silva Gama (1811-1819), repreensão às autoridades locais:

Assaz tenho conhecido pelas suas próprias cartas e das do Juiz ordinário desse Julgado, a rivalidade entre Vossas Mercês ambos; e o quanto por ela estão sofrendo esses tristes povos, agitados por Vossas Mercês, para continuarem em opostos partidos; quando o era de sua rigorosa obrigação promover o sossego público, serenando as antigas desordens. Portanto: assim como admoesto nesta data aquele juiz para entrar no cumprimento dos seus deveres, recomendo a Vossa Mercê outro tanto para que não me obrigue a providenciar sobre sua conduta. (APEM, Objetos Diversos: 1811-1814, Códice 3 Doc. 215, 1812).

Mesmo repreendido, pelos relevantes serviços já prestados à Coroa, Paula Ribeiro mereceu o perdão do governador Gama. A próxima missão a ele reservada viria a se constituir provavelmente na mais importante de tantas quantas desempenhou nos sertões maranhenses: demarcar a divisa entre as províncias do Maranhão e de Goiás.

Desde 12 de maio de 1798, havia uma Carta Régia exigindo a exploração do rio Tocantins e de quantos se encontrassem na região sul da capitania do Maranhão e que pudessem facilitar a navegação entre as capitanias do Pará e de Goiás (AHU\_ ACL\_ CU\_009, Cx. 98, Doc. n. 07943). Nessa época, o sul da capitania, era um mundo desconhecido das autoridades que representavam a Coroa portuguesa, mesmo na capital da província maranhense.

A região correspondente ao noroeste do Maranhão recebeu inúmeros colonos vindos das capitanias do Pará e de Goiás. O rio Tocantins nunca foi obstáculo para essas “invasões”. Porém, a mais preponderante foi a colonização de pecuaristas que se

estabeleceu ao sul da capitania do Maranhão, inicialmente às margens do rio Parnaíba e que fez “capital do país”<sup>5</sup> a vila de São Bento dos Pastos Bons. Partiram dali muitas “bandeiras” com o propósito de novas “descobertas”.

A mais importante foi a “descoberta” do rio Tocantins pelo lado maranhense, que é atribuída ao fazendeiro e “homem metido a descobertas” Elias Ferreira de Barros. Este, após fundar uma nova fazenda de gado vacum às margens do rio Manoel Alves Grande, afluente do rio Tocantins, foi surpreendido com a presença de um índio que se dizia fugitivo de uma embarcação que trafegava por um grande rio, distante um dia e meio de viagem. Seguindo as instruções do gentio, teria Elias Ferreira chegado ao rio Tocantins (BERFORD, 1810, p. 17). Como mencionamos anteriormente, as autoridades portuguesas no Maranhão desconheciam, até 1804, 1806, época provável da “descoberta”, não só o rio Tocantins, mas praticamente toda a parte sul e noroeste da capitania. Por essa época – 1804, 1806 – já havia um comércio bastante considerável pelo rio Tocantins, entre Porto Real (hoje Porto Nacional, TO.) e a cidade de Belém do Pará. O principal comerciante era o regatão Francisco José Pinto de Magalhães, cuja mercadoria mais importante era índios escravizados, transportados para vender em Belém.

As constantes guerras aos índios não eram motivadas por necessidade de mais terras para colonização, implantação de novas fazendas, pastos e roças. Tampouco se buscava assegurar as terras já conquistadas, embora guerras por essa razão às vezes acontecessem. O principal motivo era aprisionar índios para vender como escravos seja nas áreas auríferas da capitania de Goiás ou em Belém.

O governador do Maranhão Paulo José da Silva Gama (1811-1819) havia escolhido para a missão demarcatória Vicente Jorge Dias Cabral, acostumado a viajar pelo interior da capitania, especialmente na região do litígio durante o governo de D. Diogo de Souza (1798-1804). Egresso da Universidade de Coimbra, onde estudara provavelmente na década de 1780. Formado em Direito e Filosofia, tinha também conhecimentos em História Natural, Química e Física, que o levaram a ser responsável pelo Horto Botânico de São Luís. Desejoso de servir ao monarca, Dias Cabral escreveu:

---

<sup>5</sup> A expressão é de Francisco de Paula Ribeiro.

Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia  
Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016

[...] sempre ansioso de empregar-me no serviço de Sua Majestade segui a Carreira das Letras indo estudar em Coimbra, e ali me apliquei a Filosofia fazendo formatura nesta ciência como tão bem no Direito Civil, querendo facilitar o emprego, pelo meio das Ciências Naturais. (AHU\_ACL\_CU\_009 Cx. 128, Documento n. 09574).

Dias Cabral percorreu os sertões do Maranhão, procurando os três reinos da natureza; encontrou salitre, quina, ferro, cobre e árvores, usadas na tinturaria. Cabral, porém, adoeceu às vésperas da viagem demarcatória. Em Aviso ao Ministério do Império, o governador Paulo Gama: “Vi-me, portanto, quase repentinamente obrigado a nomear para esta comissão ao capitão do Regimento de Linha Francisco de Paula Ribeiro por haver estado também no Real Serviço por vários anos naquele contorno.” (APEM, Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05, Doc. 755). Como foi dito antes, o acaso colocava Paula Ribeiro novamente às ordens do Real Serviço. Havia servido como comandante do Destacamento Militar de Pastos Bons, ou seja, *in loco* e também já havia estado a serviço da Coroa em São José das Aldeias Altas, onde começam os sertões dos Pastos Bons. O ofício que o nomeava também dava as seguintes instruções:

A sua comissão, portanto, é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceiras do Tocantins; lugar por Vossa mercê já conhecido. Ali se deve encontrar com o sargento-mor José Antônio Ramos e o capitão Francisco Pinto de Magalhães, vindo autorizados pelo excelentíssimo governador e capitão-general daquela capitania para com Vossa Mercê (que vai autorizado por mim para o mesmo) observarem e designarem a raia divisória e terminal das duas capitanias. (APEM, Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05, Doc.755, 1815).

Paula Ribeiro, agora investido da condição de explorador, recebeu ordens para passar todas as informações ao Estado. Roteiros de viagens, diários, mapas vão aos poucos substituindo a geografia imaginária por uma geografia do real. As observações sobre as capacidades do solo, a formação de herbários, a auto-suficiência do *país*, as especulações e a curiosidade vão dando lugar ao saber: “O explorador viaja em cumprimento de uma missão organizada que conta com o financiamento de um príncipe, com objetivos precisos.” (BOURGUET, 1997, p. 212).

Pode-se afirmar que o conjunto da obra – os cinco opúsculos deixados em forma de *roteiro de viagem, mapa e memória* – de autoria de Francisco de Paula Ribeiro foi e continua sendo fonte de pesquisas para todos quantos queiram estudar e compreender a geografia física e humana, a história, a antropologia e a sociologia do centro-sul maranhense.

Paula Ribeiro descreve minuciosamente o périplo ora em canoas empurradas por índios a varas e remos, ora em montarias compradas ou emprestadas pelos moradores das fazendas, vilas e povoados por onde passava a comitiva rumo à demarcação da divisa entre as duas províncias. A navegação pelo rio Itapecuru até Aldeias Altas era o trajeto mais conhecido e o único entre São Luís e o sertão, onde havia chegado mais longe o “braço” do Estado. Essa parte da narrativa não desperta tanto interesse no leitor talvez por ter sido mencionada antes por outros viajantes<sup>6</sup> e ser bastante conhecida.

Paula Ribeiro continua descrevendo suas impressões obtidas ao longo de mais de vinte anos de viagens pelos sertões dos Pastos Bons, trazendo a lume um Maranhão desconhecido em seus aspectos geográficos, históricos e antropológicos. E ele não só nomina rios, serras, vales, planícies e chapadas; menciona, também, o clima ameno, o frio nas noites de julho; descreve flora e fauna; e distingue as várias etnias indígenas da região. Quase tudo o que foi descrito por Paula Ribeiro era novo para as autoridades portuguesas.

Ao tratar das bacias hidrográficas e da importância dos rios oriundos nas serras dos sertões dos Pastos Bons, Ribeiro àquela época, não tinha como saber da existência de um enorme aquífero – o Urucuia –, (BOMFIM; GOMES, 2009), estendido entre os estados da Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Piauí e Maranhão, tem uma boa parcela de contribuição sobre aquela bacia. Paula Ribeiro não só descreveu os rios com seus respectivos nomes, mas arrolou seus principais afluentes no verão e alguns córregos que só existem na estação das chuvas. Mostrou as ribeiras do Itapecuru, da Lapa, do Mearim, do Grajaú, do Balsas, das Neves, do Farinha – rios, em sua maioria, desconhecidos até então. E também as serras da Cinta, Negra, das Mangabeiras. O estudo também abrangeu as cachoeiras.

---

<sup>6</sup> Berford (1810) e Caldas (1900) fazem nos trabalhos aqui citados uma narrativa bem parecida com a que faz Paula Ribeiro.

**Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia  
Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016**

Ao se referir às qualidades das terras do sertão dos Pastos Bons, afirma: “a Capitania do Maranhão não tem outra mais própria para a agricultura.” (RIBEIRO, 1848, p. 20). As terras extremamente férteis são conseqüências da quantidade de rios, córregos e riachos já mencionados. Comentando sobre a pecuária, base econômica do sertão, afirmou:

[...] os gados que apesar de nascerem e de se criarem nos capins chamados agrestes, únicos pastos gerais de que são próprios estes sertões do sul da Capitania do Maranhão têm, contudo, pela grandeza de seu corpo, gordura e aptidão para grandes marchas, muito mais valor nas feiras do Itapecuru do que todos os outros gados da Capitania do Piauí, menos vistosos, sem diferença do que os de Balsas e Pastos Bons. (RIBEIRO, 1848, p. 11).

Paula Ribeiro faz um brevíssimo comentário sobre a economia sertaneja, quando realça a qualidade de seu gado e da facilidade de vendê-lo nas feiras, principalmente na do Itapecuru, próxima da capital da província do Maranhão. Por muito tempo, a pecuária comandou a economia da região, pois alimentava as principais praças do Maranhão e do Piauí, e também as populações residentes nas regiões auríferas das capitanias de Goiás e Pará.

Ao se referir ao trabalho nas fazendas e ao manejo com gado, Francisco de Paula Ribeiro declara que havia poucos assalariados e também poucos escravos, pois os fazendeiros utilizavam a mão de obra de seus próprios filhos. Foi o primeiro a opinar sobre a figura do sertanejo e de sua vida material:

Os costumes agros a que os habitam, já por eles também herdados de seus avós, sem outra alguma espécie de educação, faz com que não se encontre nestes sertões nascido um homem cujo modo de pensar o constitua nessa qualidade por outra circunstância que não seja o instinto natural. Não só as primeiras letras e as artes liberais, mas ainda mesmo as mecânicas, lhes são inteiramente desconhecidas, porque assim como não tem a sua alma ornatos que a iluminem também não conhece nem sente o seu trato pessoal qualquer precisão da decência. Poucos, ainda mesmo os mais ricos, deixam de viver quase nus, de comer e dormir sobre a terra como os selvagens: sendo claro, pelo que dos seus princípios fica dito, que mais àquele estado brutal em que nascem e se criam do que ao sistema devem eles uma tal filosofia. Apesar disso, não tem em si, além do seu adusto modo de

tratar, outros defeitos que escandalizem a humanidade: ao menos prudentemente os dirigem, porque enfim são hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre têm concorrência, com aquele agrado próprio sim da sua rusticidade, porém sincero e de boa fé, facilitando tudo o que possuem àquele que carinhosamente os sabe enganar, e sem que se acautelem contra os prejuízos que muitas vezes se lhe têm seguido da sua credulidade: finalmente, entre os povos sertanejos este foi o menos desumano que em outro tempo conheci. (RIBEIRO 1848, p. 65-66).

Paula Ribeiro faz uma radiografia do sertanejo maranhense do início do XIX, segundo ele, esse homem vivia em estado natural, incapaz de adaptarem-se as artes liberais nem as mecânicas, sem nenhuma noção de bem está, vivia nu e dormia no chão. Contraditoriamente tratavam com civilidade seus “hóspedes”. No início do século XIX o mundo rural e sertanejo tinha imenso e quase insuperáveis obstáculos, embora alguns autores façam relatos de um sertão bem próximo do paraíso. Faltavam estradas, os serviços mais elementares, ou melhor, faltava tudo, sobrava necessidade. Era um mundo desconhecido e desamparado pelo Estado. As necessidades foram sendo supridas paulatinamente pelo homem do sertão. O Estado só chegou muito tempo depois.

A narrativa do cotidiano sertanejo descrita por Paula Ribeiro suscitou várias interpretações, de outros autores<sup>7</sup>, todas com uma boa dose de idéias pré-concebidas, que vão desde “sociedade menos civilizada”, “sertanejo ambicioso e rude” e região “violenta e sanguinária”. Socialmente diferente do homem do litoral, o sertanejo e o sul do Maranhão são, ainda nos nossos dias discriminados pelo poder público.

Em seguida, abordaremos a descrição de Paula Ribeiro sobre as negociações feitas com os emissários representantes do governo da capitania de Goiás sobre o litígio da fronteira e a demarcação do território com a capitania do Maranhão.

---

<sup>7</sup> Almeida, Cândido Mendes de. A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás. (1852), Lopes, Antonio. Uma Região Tropical. (1970), Carvalho, Carlota. O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil (2000), Nimuendajú, Curt. The Eastern Timbira. (1946) e Abranches, Dunshee de. A Esfinge do Grajaú. (1959) são alguns exemplos.



**Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia  
Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016**

Figura 5 - Mapa elaborado por Francisco de Paula Ribeiro, 1819  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

A pendência nasceu provavelmente por volta de 1810, quando o regatão Francisco José Pinto de Magalhães, avistou casebres e currais nas proximidades do rio Tocantins. Francisco José teria dito a Elias Ferreira de Barros, o dono da fazenda e provável “descobridor” do rio Tocantins, pelo lado maranhense, que jamais ele poderia ali fixar fazendas de gado vacum ou residência, por serem aquelas terras pertencentes à Coroa e que tal ocupação só seria possível mediante autorização real.

O fazendeiro Elias Barros teria acreditado no que lhe dissera o regatão Francisco José Pinto de Magalhães, o qual, então, construiu um barracão e lá se estabeleceu, praticando a venda de sal, fumo, aguardente e alguma cutelaria. Há muito viajava pelo rio Tocantins, preando e comercializando índios. Já afirmamos ser o índio seu principal produto de venda.

Em seguida, o mesmo Francisco José Pinto de Magalhães comunicou ao governo da capitania de Goiás que, com seu esforço e esmerado patriotismo, havia fundado com sessenta agregados um arraial às margens do rio Tocantins. Nascia um conflito que colocou em lados opostos os colonos e fazendeiros do Maranhão e os “invasores” de Goiás pela posse das férteis terras do lado maranhense. Essa crescente animosidade pressionou a Coroa portuguesa, que através do Aviso de 11 de agosto de 1813, mandou fixar os limites da divisa entre as duas Capitânicas:

S. A. R. a V. S. para que possa proceder a nomeação de Oficiais e pessoas inteligentes que sejam incumbidas daquela demarcação, no que V. S. deverá ir de acordo com o Governador do Maranhão, a quem S. A. R. nesta mesma data manda expedir as suas ordens a este respeito, para que haja pela sua parte de dar as necessárias disposições sobre este importante objeto: devendo a demarcação depois de concluída, subir a Augusta Presença de S. A. R. para receber a Real Sanção e aprovação do mesmo Senhor. (ALMEIDA, 1852, p. XXX).

Desde que chegou a São Pedro de Alcântara como representante e comissário do governo da capitania do Maranhão, com a finalidade de cumprir a missão demarcatória, Paula Ribeiro ouviu os moradores mais antigos do distrito, colheu os depoimentos sobre o seu povoamento e indagou acerca de rios na região. Todas as informações prestadas

pelos moradores eram devidamente anotadas e enviadas com suas impressões ao governador da província.

Paula Ribeiro anotou tudo que viu e ouviu ao longo de três meses, fez diligências e estabeleceu contatos com algumas etnias indígenas. Equivocou-se sobre algumas nações indígenas, conforme afirma Nijumendajú (1946, p. 18). Não obstante ter localizado alguns enganos, o mesmo autor declara ter sido Paula Ribeiro “o maior historiador dos sertões do Maranhão”.

Sua perspicácia, paciência, poder de persuasão e aglutinação foram de muito proveitosos para os interesses da capitania do Maranhão. Após meses de conversações, conseguiu convencer um dos representantes do governo de Goiás, o sargento-mor José Antônio Ramos Jubé, que as terras situadas do lado direito do rio Tocantins, pertenciam a capitania do Maranhão. Como não se chegava à unanimidade, pois havia a opinião contrária exatamente de Francisco José Pinto de Magalhães, o “fundador” do arraial, pertencente à capitania de Goiás em terras do Maranhão, Paula Ribeiro se retirou para o distrito de Pastos Bons, onde ficou aguardando ordens superiores.

As confabulações entre os governos de Maranhão, Goiás e a Corte, no Rio de Janeiro, duraram um ano. A Corte concluiu pela demarcação dos limites entre as duas capitanias, como havia sido esboçado por Paula Ribeiro na mesa de negociação. A margem direita do rio Tocantins, desde a desembocadura do rio Manoel Alves Grande, pertencia ao Maranhão, segundo o Auto de Demarcação de 16 de julho de 1816, convalidado pelo Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854. As divisas entre Maranhão e Goiás (hoje Tocantins) ainda são as mesmas fixadas em 1816 por Francisco de Paula Ribeiro.

## REFERÊNCIAS

- APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Relatório do Pres. da Província do Maranhão, Dr. João Paulo Monteiro de Andrade, 1882.
- APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. AVULSOS, OBRAS DIVERSAS, Doc. s/n.
- APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. AVULSOS, OBRAS DIVERSAS, Doc. s/n, 1927.

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa histórica**. Tradução: André Dore. Bauru-SP: Edusc, 2006.
- AUDRIM, J. M. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.
- \_\_\_\_\_. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1963.
- AYRES, Érico de Oliveira Junqueira. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. 2001. 450 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, São Paulo, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARROS, Luitgarde. **Dicionário da terra**. Márcia Motta (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- BERFORD, Sebastião Gomes da Silva. **Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.
- BOGÉA, Antenor. A ligação dos rios Farinha e Grajaú. **Revista de Geografia e História**. São Luís-Ma, ano III, n. 3, fevereiro de 1950.
- \_\_\_\_\_. (Prefácio). In: DINO, Sálvio. **Raízes Históricas de Grajaú**. São Luís: Sioge, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Discurso proferido pelo Deputado Federal Antenor Bogéa**. Brasília-DF: Diário do Congresso Nacional, 1948.
- BONFIM, Luiz Fernando Costa; GOMES, Raimundo A. Dias. **Aquífero Urucuaia – geometria e espessura: idéias para discussão**. Disponível em: <[www.cprm.gov.br/publique/media/aquifero\\_urucuaia](http://www.cprm.gov.br/publique/media/aquifero_urucuaia)>. Acesso em: 19 abr. 2009.
- BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (Org). **O homem do Iluminismo**. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- BRANCO FILHO, Moysés Castelo. **O povoamento do Piauí**. Teresina: Comepi, 1982.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.
- CALDAS, João Pereira. **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo LXII, Parte I, 1900.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: Academia Maranhense de Letras/ Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão, 1991.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.
- CAMPOS, Humberto de. **Memórias inacabadas**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda. 1960.

- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seu meio de vida. 8. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CANTANHÊDE, Washington. **Vitória do Mearim**: da emancipação à era dos intendentos. São Luís: Lithograf, 1999.
- CARDOSO, Rafael Carvalho C.; ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JUNIOR, Wilson. **Viagem pela estrada real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Resistência indígena no Piauí colonial 1718-1774**. Imperatriz: Ética Editora, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Apresentação da 2ª Edição**. In: CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.
- CARVALHO, João Parsondas de. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Tomo XVI, 1903.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 13. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 18 jul. 2010.
- COELHO NETTO, Eloy. **Geo história do Maranhão**. São Luís: Sioge, s/d.
- \_\_\_\_\_. **História do Sul do Maranhão**. Belo Horizonte: São Vicente, 1979.
- COSTA, F.A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.
- COSTA, John Wilson da. **A casa de Berfort no Brasil**. 1. parte. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.
- \_\_\_\_\_. **À margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- DINO, Sálvio. **Raízes históricas de Grajaú**. São Luís, Sioge, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Parsondas de Carvalho**: um outro olhar sobre o Sertão. Imperatriz: Ética, 2006.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FEBVRE, Lucien. **O reno**: história, mitos e realidades. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERNANDES, José. **O rio**. São Luís: Lithograf, 2004.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- FRANKLIN, Adalberto. **História econômica**. Imperatriz-Ma: Ética Editora, 2008.
- FREIRE, Antonio. **Limites do Piauí**. Contribuição para o estudo de suas questões territoriais com o Maranhão. Rio de Janeiro: Imprensa Guanabara, 1921.
- FRÉMONT, Arman. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GAMA, João da Maia da. **Diário da Viagem de Regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e de Inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitânicas do Norte em, 1728**. Lisboa: Ministério das Colônias, 1944.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia  
Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016

\_\_\_\_\_. **Visão do paraíso**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Revista Eletrônica Intellèctus**, 2003, ano 2, n. 1, ISSN 1676-7640. Disponível em:  
<[www.intelectus.uerj.br](http://www.intelectus.uerj.br)>. Acesso em: 9 maio 2009.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta: 1970.

SALVADOR, Fr. Vicente. **Historia do Brasil**. (1500-1627). Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1982.